

A PROMOÇÃO DE DIREITOS E CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: OFICINA DE BRINCADEIRAS COMO RECURSO^{1,2}

Ana Paula Serrata Malfitano³

Iara Falleiros Braga⁴

Karina Gonçalves da Silva⁴

Natália Guimarães Mota⁴

RESUMO

Trata-se do relato de uma experiência que integra o Núcleo UFSCar do Projeto Metuia – Terapia Ocupacional no Campo Social, desenvolvida em parceria com uma instituição social da cidade de São Carlos. Tal local se caracteriza como uma Organização Não-Governamental (ONG) que atende, no período contrário à frequência escolar, cinquenta crianças de 7 a 14 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Trabalhou-se para a criação de um espaço lúdico dirigido, no qual a experimentação, as atividades e a referência de um adulto estivessem sempre presentes para a abordagem do temário central escolhido: a dimensão dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e sua aplicabilidade no cotidiano, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A realização das atividades possibilitou a reflexão conjunta com as crianças e os adolescentes locais sobre seus direitos e vivências nos diferentes espaços em que estão inseridos, com destaque para o ambiente familiar, para o contexto escolar e, também, para a situação de usuários de uma instituição social. Observou-se a possibilidade do desenvolvimento de tecnologias sociais que se dediquem à consolidação de espaços no âmbito institucional que objetivem a implantação de novos instituintes de participação, voz e escuta da população usuária deste tipo de equipamento social, à luz da pauta sobre os direitos das crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional Social; Infância e Juventude; Direitos; Brincadeira.

¹ Artigo recebido em 11 de dezembro de 2006 e aceito para publicação em 08 de fevereiro de 2007

² Partes das reflexões aqui relatadas foram apresentadas na XIV Semana de Estudos de Terapia Ocupacional da UFSCar, realizada em São Carlos-SP, em setembro de 2006 e no II Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira – JUBRA, realizado em Porto Alegre-RS, em novembro de 2006.

³ Docente do Departamento de Terapeuta Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Terapeuta Ocupacional. Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo.

⁴ Alunas do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.

THE RIGHTS PROMOTION AND CHILDREN AND TEENAGERS IN SOCIAL VULNERABILITY: GUIDED PLAYING AS A RESOURCE

ABSTRACT

This paper is a report from an experience integrated to UFSCar's Core of Metuia Project - Occupational Therapy in Social Field, developed in a partnership with a social institution from São Carlos. This place is a Non-Governmental Organization which holds fifty children in social vulnerability situation, outside school period, from 7 to 14 years old. A guided playful space was built, in which experiencing, activities and the presence of an adult as a reference were always approached to the central theme: the dimension of children's and teenagers' rights and obligations and its applicability on a day-to-day life, taking as a basis the Brazilian Policy: "Statute for Children and Teenagers" ("Estatuto da Criança e do Adolescente"). The activities allowed reflection within those children and teenagers on their rights and living in all different spaces they are inserted on, mainly the familiar environment, school environment and also as users of a social institution. The possibility of developing social technologies which could be dedicated to consolidate spaces in institutional context which searches implementing new ways of participating was observed, and may consolidate voices and hearings from users of this kind of social equipment, of brazilian children's, teenagers' and young's rights.

Key words: Social Occupational Therapy; Childhood and Youth; Rights; Play

APRESENTAÇÃO

A experiência aqui apresentada iniciou-se a partir da realização de um estágio prático de observação de uma disciplina do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, numa instituição social, localizada na periferia desta cidade.

Fundada em 1994, trata-se de uma Organização Não-Governamental (ONG) de caráter religioso, mantida financeiramente a partir de convênios municipais, com empresas e de doações. Realiza o atendimento de cinquenta crianças e adolescentes, com idades entre 07 e 14 anos, no período contrário ao escolar. Foca seu trabalho na intervenção com aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Sua equipe é composta por seis profissionais contratados e conta com

trabalho de voluntários. Tem como proposição a realização de suplementação alimentar, reforço escolar e a realização de brincadeiras.

A partir do contato inicial realizado, observou-se que esta instituição dispunha concretamente de espaço para o brincar, entretanto, no local não eram oferecidas atividades dirigidas para as crianças e adolescentes usuários, sendo que os mesmos contavam "apenas" com momentos de brincadeiras livres. Vale destacar a relevância das atividades livres para o desenvolvimento infantil, porém, a constituição de espaços de atividades lúdicas dirigidas também assume importância neste processo, pois possibilita, através da ludicidade, o aprendizado, novas oportunidades de interação, além do conhecimento de modelos e referenciais de adultos (KISHIMOTO, 1996)⁷.

Tendo como base este contato inicial, fez-se a proposta da criação de uma tarde semanal de brincadeiras dirigidas nas quais, por meio de atividades expressivas – como pintura, teatro e jogos cooperativos, fosse possível valorizar a subjetividade, despertar a criatividade e o lúdico, potencializando a experimentação de novas formas de criação, convivência e o estabelecimento de vínculos. Para a realização de tais atividades elegeu-se o temário dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, fundamentado no embasamento e na divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990)³, como tema transversal para o embasamento das “oficinas de brincadeiras”.

Esta experiência contou com o financiamento da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

O BRINCAR E O CONTEXTO SOCIAL

O termo brincar é estudado por diversos autores, seguindo diferentes linhas de abordagem, pautando sempre a sua relevância no processo de desenvolvimento infantil. Designa-se como o conjunto de diversas atividades que se assemelham entre si por seu caráter lúdico, constituindo-se, tal como toda atividade humana, na interação de vários fatores, sendo transformada pela própria ação dos indivíduos e por sua produção cultural. Vigotsky (1998)¹⁰ constrói a relação do brincar através da influência da motivação individual e do meio em que se está inserido, ressaltando a relevância da construção de significados, de questionamentos e de transformação, nos quais há o envolvimento de emoções, afetividade e o estabelecimento e ruptura de laços. Quando associados à participação de mais de uma pessoa, possibilitam a troca, a partilha, o confronto e as negociações, intervindo tanto como estratégia para a construção da individualidade (relação entre o ser e o meio), como para a compreensão e inserção do indivíduo

na cultura a qual pertence.

A inserção do contexto sócio-cultural enquanto dimensão presente na ludicidade e nas atividades desenvolvidas vem a ser extremamente relevante nesta discussão, tendo como base o reconhecimento de que há uma “*indissolubilidade entre um processo e o contexto em que ele ocorre*” sendo que se torna “*forçoso, senão inevitável, pensar o contexto social*” em que aquelas crianças e adolescentes estão inseridos (KHATIB, 1996, p. 113)⁶.

Nesta direção, trabalha-se sobre os conceitos da Terapia Ocupacional no Campo Social compreendendo que a utilização da atividade enquanto recurso, inserida no interior da dimensão sócio-cultural daquele grupo, pode ser um instrumental para a discussão de direitos, cidadania e participação social dos sujeitos. A Terapia Ocupacional Social atua a partir do conhecimento da realidade daquele com quem trabalha e da aproximação daquelas necessidades, do seu mundo, da sua cultura e de seu cotidiano (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002)¹.

A intervenção se dedica à análise e ação sobre as possibilidades e limites da atuação na atenção a grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte, definidas, segundo Castel (1994, 1997)^{4,5} como os aportes pessoais e sociais com os quais se conta para se buscar a manutenção em uma zona de integração social.

Assim, acredita-se que a realização de atividades de brincadeiras contextualizadas na realidade sócio-cultural de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social podem ser um dos elementos a contribuir no fortalecimento das redes sociais de suporte nas quais estão envolvidos (BARROS et al., 2001)², do referencial do adulto, do vínculo estabelecido, da dimensão dos direitos e da discussão da infância e juventude como categoria, sendo que a experiência aqui

relatada se concentra com crianças e pré-adolescentes. Sendo que esta população não é ainda assumida no imaginário social segundo o preceito de “sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento” (BRASIL, 1990)³.

OFICINA DE ATIVIDADES E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS

Realizou-se atividades semanais através do estabelecimento de “Oficinas de Brincadeiras” com a temática dos direitos das crianças e adolescentes, conforme acima mencionado. Objetivou-se implantar a reflexão sobre o reaproveitamento do espaço, a exploração de materiais, novas vivências, novos modelos e a discussão de pontos não debatidos no cotidiano daquele local.

Nesta perspectiva, a utilização da atividade se deu como um elemento intermediário para a realização da reflexão, da escuta, do acolhimento das necessidades daquela população, e como potencializador da aproximação, do vínculo e da ressignificação, a partir de novos modelos e experiências vivenciados (LOPES e MALFITANO, 2006)⁸.

Abrir este espaço nos permitiu o contato com uma parte das temáticas que envolvem a infância e a juventude em vulnerabilidade social, dentro de uma complexidade de demandas apresentadas nas histórias de vidas daquelas crianças e adolescentes.

“As vulnerabilidades são muitas, passando pela violência doméstica, negligência de cuidados, evasão escolar, falta de aportes sócio-afetivos, uso abusivo de substâncias psicoativas, pobreza extrema, entre outras. Trata-se de fatores complexos presentes na sociedade contemporânea” (LOPES e MALFITANO, 2006)⁸.

No interior desta experiência, várias situações se apresentaram durante as atividades. O cotidiano institucionalizado naquele local apresenta, em grande parte do tempo, relações pautadas pela violência, o que fez com que uma de nossas preocupações fosse a criação de vínculos diferenciados com as crianças e adolescentes e deles com o mundo ao redor, propondo a reflexão sobre as possibilidades de construção de novas formas de relacionamentos.

Uma das estratégias deu-se através da elaboração de contratos e realização de trocas para acordos estabelecidos no grupo para seu funcionamento. Isto se deu através da escuta daquelas crianças e adolescentes sobre quais eram suas demandas e quais possibilidades de sua participação nas atividades propostas. Em momentos nos quais havia o conflito, a comumente nomeada “bagunça”, buscava-se dar voz aos meninos e meninas com o intuito de que propusessem formas alternativas para o funcionamento daquela atividade, além da oferta de atividades que lhe fossem interessantes, estabelecendo um “acordo” para o seu funcionamento.

Esta forma de trabalho possibilitou a recolocação da referência do adulto, diminuindo o lugar cristalizado da figura de poder, com composição hierárquica superior, tecendo relações mais participativas e próximas. Possibilitou, ainda, a aproximação com as crianças e adolescentes, dentro de uma concepção de valorização da individualidade, procurando identificar caminhos que os levassem a conhecer novas maneiras de lidar com situações familiares e, até mesmo, rotineiras, discutindo padrões e introduzindo, lentamente, novas vivências.

No âmbito da conversa sobre a forma de funcionamento e estratégias para o grupo, trabalhou-se com a dimensão dos direitos e a sua aplicabilidade no seu cotidiano. As atividades, com a primazia de estabelecimento de um espaço lúdico, propiciou o debate acerca do papel da criança e do adolescente nos espaços em que estão

inseridos, privilegiando as relações e a realidade no ambiente familiar, na escola e também a situação de usuário de instituições sociais. Estas cenas do dia-a-dia direcionaram a informação sobre o exercício dos direitos e deveres compreendidos nesses espaços, enfocando o direito estabelecido juridicamente pelo marco legal do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando a aproximação desta população com este tema e seu conhecimento sobre esta relevante lei.

Atividades Realizadas

Relata-se abaixo algumas das atividades realizadas nas “oficinas de brincadeiras” com o intuito de ilustrar algumas das dinâmicas escolhidas para a aproximação, reflexão e discussão da temática dos direitos com as crianças e adolescentes.

Dramatização

Com o recurso da dramatização realizada pelos usuários locais, feitas diretamente por eles e também através da utilização de fantoches, objetivou-se a simulação de situações cotidianas que permitissem o maior conhecimento da relação da criança com o ambiente escolar e familiar, problematizando e refletindo novas possibilidades de agir e pensar, tendo como base o diálogo sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social.

Em uma das ocasiões, organizaram-se em grupos para dramatizar cenas do cotidiano escolar baseadas em vivências por eles escolhidas, sendo que esteve presente: a ameaça de um aluno ao professor, o aluno que entra na Universidade, a criança que apanhou de sua professora, dentre outras.

Para ilustrar descrevemos uma cena ocorrida. Em uma das dramatizações, um menino de sete anos recusou-se a permanecer no grupo de atividade. Investigando-se seus motivos ele diz que lhe atribuíram o papel do aluno que ameaçava a professora, e, na seqüência, elencou uma série de ações proibidas, de elementos punitivos

vinculados àquele papel, bem como sua história de “garoto problema” em sua vivência escolar. Sugeriu-se, então, que ele assumisse o lugar do diretor da escola nesta cena, o que lhe despertou o interesse e o trouxe de volta para a brincadeira. Desta forma, houve a mudança de papel e a aproximação com outras ações que não “apenas” a reprodução daquelas pré-estigmatizadas.

Com base nas encenações realizadas, abriu-se o tema sobre o direito à educação e o que se tem garantido neste âmbito. Dúvidas e relatos diversos foram discutidos sobre quem pode estar na escola, o que fazer se não se conseguir a vaga para o período letivo, o que fazer quando se é expulso da escola etc.

Já na utilização do fantoche como recurso para a atividade, observou-se um grande interesse das crianças pela exploração do material, uma vez que o mesmo tinha um aspecto inovador por ser desconhecido no manuseio próprio naquele local. A timidez de algumas crianças que ocorreu em outras oficinas foi atenuada pelo fato de esconderem-se atrás de uma mesa, deixando somente os fantoches à mostra, ajudando-lhes a se expressar.

A encenação das histórias mostrou muitas características da concepção que estas crianças e adolescentes têm acerca de suas famílias criando condições para uma relevante discussão sobre o papel da família e os direitos da criança no âmbito privado da casa. A temática da violência doméstica foi predominante e desembocou em uma importante conversa sobre as diversas formas de educação e punição na relação familiar, bem como confluindo tal debate para o âmbito do direito, incluindo o direito ao cuidado, zelo e respeito pelos seus cuidadores.

A dramatização, portanto, foi um recurso importante por propiciar a aproximação da oficina com as cenas cotidianas da vida daquela população.

Roda de Decisões e de Conversa

Outra atividade a ser destacada se refere a uma “Roda de Decisões e Conversa” na qual as crianças e adolescentes puderam assumir o papel de “coordenadores da instituição” e discutirem as regras para o seu funcionamento.

Simulou-se uma reunião coletiva na qual todos tinham direito a voz fazendo com que, partindo de um referencial lúdico, todos os participantes pudessem tomar decisões conjuntas que interferissem em seu cotidiano, estabelecendo formas participativas de debate sobre temas polêmicos, transformando-os, assim, em protagonistas do espaço de que são usuários.

A atividade iniciou-se com uma conversa sobre o tempo em que cada um frequentava a instituição e também sobre a trajetória ao conhecê-la e lá entrar. Então, escolheram-se alguns assuntos relevantes, como os critérios utilizados para suspensão e quais seriam as regras plausíveis para tal atitude. Um grande debate ocorreu até o estabelecimento do consenso das normas para a suspensão de alguma criança do local. Decidiu-se, nesta situação, por exemplo, que, antes de um usuário ser suspenso, ela deveria primeiro conversar com os funcionários a respeito de seu ato, sendo que os pais participariam desta conversa e, somente após esta oportunidade e a reincidência, a suspensão seria oficializada.

A realização desta atividade veio a trazer o conceito de participação e protagonismo para o cotidiano daquela instituição, trazendo, de forma palpável, a reflexão e alternativas possibilidades de intervenção no mundo ao seu redor.

*Estatuto da Criança e Adolescente (ECA):
conhecendo e discutindo...*

O objetivo inicial desta atividade foi a introdução para aquela população do Estatuto da Criança e do Adolescente, focando nos elementos de direitos e

deveres na vida em sociedade.

Em grupos, foram construídos cartazes sobre direitos e deveres de temáticas comuns e, com isso, foram lidas histórias em gibis que destacam artigos específicos do ECA. Por fim, estabeleceu-se uma discussão sobre os conceitos de direitos e deveres, bem como o conteúdo de tais artigos.

Os grupos levantaram questões e dúvidas a respeito da lei e as razões sociais pelas quais ela não é garantida para todos. O patamar de desigualdade da sociedade brasileira, assim como o desconhecimento do ECA, foram pontos bastante debatidos.

O esclarecimento de dúvidas acerca da lei foi bastante intenso, sendo que um exemplo se deu quando um adolescente se surpreendeu ao conhecer o seu direito de acompanhamento por um advogado do poder público diante de um processo de infração.

O relato histórico-social sobre a constituição do ECA, sua substituição ao Código de Menores, propiciou a linguagem do direito para aquelas crianças e adolescentes, esclarecendo questionamentos, discutindo pontos, apontando outras maneiras de lidar com situações conhecidas, foi um objetivo bastante trabalhado nesta experiência uma vez que buscou o entendimento daquela população da concepção de seu lugar social enquanto sujeitos de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve experiência, ocorrida durante seis meses, apontou algumas formas de construção de metodologias que se dediquem à criação de instituintes que visem os princípios da participação, do protagonismo, do direito e a inserção dos mesmos no cotidiano institucional. Tais princípios permitem a concretização de experiências mais horizontalizadas de relações, retirando o componente abstrato atribuído para a vivência de tais valores, pois os coloca no cotidiano, na forma

organizacional concreta, nas relações pautadas por fundamentos mais democráticos e participativos.

Com o intuito de apropriação pela instituição da metodologia trabalhada, realizou-se uma reunião com os profissionais locais, que acompanharam a realização das oficinas em todo o seu processo, com o objetivo de descrever os resultados obtidos e como viabilizar sua inserção naquele cotidiano.

Dentre as sugestões, está a implantação da “Roda de Decisões e Conversa” como forma sistemática de trabalho no local, trata-se de uma prática já utilizada em outras instituições de mesmo caráter e que intenciona rever as relações hierárquicas e de poder estabelecidas, trazendo a criança e o adolescente para a participação, discutindo conceitos estabelecidos na relação Instituição-Profissionais-Usuários, colocando a participação e o protagonismo como princípios decisivos para o funcionamento institucional.

A dificuldade local para operacionalização desta proposta, bem como para a inserção de outros projetos já levantados pela equipe local, se dá pelo pequeno número de funcionários e o enraizamento do trabalho no voluntariado.

É nítido, assim como em outras instituições que atuam com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, a necessidade de uma maior número de operadores sociais e a qualificação dos mesmos, para que desempenhem o trabalho técnico que este tipo de intervenção requer. Calcado nos valores religiosos da benemerência e, com isso, no serviço voluntário, a escassez de recursos faz com que este serviço se enquadre na categoria de “suplementar” e desenvolvido pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), esvaziando o respeito sobre aspectos do direito (MONTAÑO, 2002)⁹, conforme garantido pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tem-se, portanto, um âmbito complexo de diversas

variáveis nas quais se mostra urgente o cumprimento do marco jurídico estabelecido, do Estado e da sociedade civil para a incorporação dos direitos da população infanto-juvenil.

Por fim, instiga-se a discussão sobre o papel de instituições desta natureza, e no seu interior a função social do técnico, para à realização de trabalhos que se debruçam para criar espaços que favoreçam o desenvolvimento real da criança e do adolescente, inserindo alternativas para a vivência de novos papéis, abandonando estigmas, incorporando valores, concretizando efetivamente a participação e o exercício de direitos para que se possa ofertar aportes sociais institucionais que concretamente influenciem as histórias de vida que por ali passam, ampliando e fortalecendo as redes sociais de suporte das nossas crianças e adolescentes, tendo como base os princípios do direito, da cidadania e da participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, D. D., GHIRARDI, M. I. G. e LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. São Paulo – SP. V.13, n.2, p.95 - 103, 2002.
2. BARROS, D. D., LOPES, R. E., MALFITANO, A. P. S., GALVANI, D. O espaço do brincante na experiência do Projeto Casarão. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**. São Paulo: v.12, n.1/3, p.48 - 51, 2001.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo : Cortez, 1990.
3. CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.) **Saúde Loucura**, n.4. São Paulo: Hucitec, 1994.

4. CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M., BÓGUS, L., YAZBEK, M. C. (Org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 161-190.
5. KHATIB, U. E. Sobre a criança e seu processo de desenvolvimento. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.5, n.2, p. 111-120, 1996.
6. KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo : Cortez, 1996.
7. LOPES, R. E. e MALFITANO, A. P. S. Ação social e intersetorialidade: relato de uma experiência na interface entre saúde, educação e cultura. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, 2006, “no prelo”.
8. MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: uma crítica ao padrão emergente de intervenção Social**. São Paulo: Cortez.2002.
9. VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 6ª Edição, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1998.